

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO NO GOVERNO JK E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Por Vinicius Costa Brandão* e Carla Adriana Meneses da Rocha**

Resumo: o período 1956-1961 é ímpar na história do Brasil, marcado por altas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento industrial, além da primeira experiência brasileira de desenvolvimento planejado. O objetivo deste artigo consiste em analisar o desenvolvimento econômico e social durante o período do Governo JK, com ênfase no crescimento do parque industrial brasileiro, passando pelo modelo de financiamento dos investimentos realizados no período e impactos sociais gerados ao final do governo citado.

Palavras-chave: Desenvolvimento industrial. Governo JK. Impactos sociais.

Abstract: the 1956-1961 period is single in the history of Brazil, marked by high rates of economic growth and industrial development, and the first Brazilian experience of planned development. Purpose of this article is to analyze social and economic development during the period JK Government, emphasizing the growth of Brazilian industry, through the investment-financing model made in the period and social impacts generates at the ends of that government.

Keywords: Industrial development. JK government. Social impacts.

1 Introdução

O presente artigo visa abordar o desenvolvimento da indústria nacional durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e os impactos sociais gerados a partir deste. O período foi marcado pela emergência de novos setores produtivos, possibilitada por um projeto desenvolvimentista organizado no Plano de Metas. Como parte do planejamento, foram traçados objetivos para que houvesse a divisão dos investimentos em um tripé capital estatal, privado e internacional sem que sobrecarregasse os cofres públicos, mas concedendo atrativos para o dispêndio de recursos dos dois últimos.

Além dessa introdução e da Conclusão, este artigo está dividido em três seções, a próxima aborda em especial o planejamento de crescimento industrial inserido no Plano de Metas, além de perpassar pelas outras metas relacionadas à agricultura e educação, passando pelas projeções do Plano de Metas e resultados obtidos ao final do governo. A terceira seção trata do papel do Estado brasileiro e do financiamento obtido para execução do Plano de Metas. Por fim, a seção 4 aborda os impactos sociais das políticas implementadas durante o Governo JK.

2 O Projeto Industrial Inserido no Plano de Metas

Juscelino Kubitschek (JK) assumiu a presidência da República em 1956, com a missão de implantar o programa de desenvolvimento industrial que o Brasil ainda não havia vivido. Esse programa estava representado no Plano de Metas, que foi elaborado e propagandeado durante a campanha eleitoral. O Plano de Metas tinha entre suas diretrizes o investimento em infraestrutura e em energia, grandes investimentos nos setores da indústria de siderurgia e automobilística, além da construção de uma nova capital da república no Planalto Central de Goiás.

A visão de Juscelino Kubitschek era de que a “solução para o subdesenvolvimento do Brasil, com sua justiça social e tensão política crônica, tinha de ser a industrialização rápida [...]” (SKIDMORE, 2010, p. 205). JK então pautou o desenvolvimentismo nacionalista de seu governo nesta meta. De acordo com a interpretação do brasileiro americano Thomas Skidmore, desde sua campanha para a presidência da República, JK passou para a população o sentimento patriótico de colocar o Brasil em outro patamar dentro do cenário econômico mundial, fazendo com que o povo vislumbrasse melhor qualidade de vida através desta nova lógica de desenvolvimento nacional. Apesar de ter sempre colocado as questões sociais com destaque ínfimo dentro de suas metas, em nenhum momento chegou a pressupor alguma mudança radical na lógica do sistema econômico e político que vigorava no Brasil. (SKIDMORE, 2010). Por sua vez, o Plano de Metas visava à “construção de estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital básico de apoio à estrutura [...]” (LESSA, 1981, p. 27).

Referindo-se à importância do Plano, escreveu Skidmore (2010, p. 205):

Orientando toda a estratégia de desenvolvimento econômico de Juscelino havia um conjunto de “metas” gerais de produção, definidas formalmente em 1958. Não se tratava de um plano completo, mas de um conjunto de metas que determinados setores deveriam alcançar. O governo foi pragmático na execução de seu programa, ressaltando o crescimento de indústrias básicas, e decidindo na prática ignorar áreas como agricultura e educação que tinham sido incluídas nominalmente no Plano de Metas.

Na apresentação das diretrizes gerais do Plano de Metas de seu governo, JK destacou três eixos de maior importância para a industrialização do País, que eram os setores de energia, transportes e indústria de base. Sobre o setor de energia e transportes, ressaltou no discurso:

São setores da economia que se desenvolveram no sentido de se caracterizarem como serviços de utilidade pública, entidades que operam grandes conjuntos industriais destinados a suprir necessidades permanentes da coletividade. O planejamento do desenvolvimento econômico encontra na eliminação desses pontos de estrangulamento um objetivo prioritário e lógico. (OLIVEIRA, J., 1955, p. 47).

Diante do exposto no trecho acima, percebe-se que JK considerava os setores energético e de transportes o investimento base para o avanço dos demais setores, dando prioridade aos mesmos em seu governo. As metas em relação ao setor energético eram a elevação da potência instalada de energia elétrica, instalação de uma central atômica de energia nuclear, produção de carvão mineral, petróleo, além do refino deste último (OLIVEIRA, J., 1955).

No setor de transportes, havia grande interesse na inserção da indústria automobilística no País. Além do interesse do governo em ampliar o nível de infraestrutura do Brasil, parte relevante dos investimentos nesse setor foi feita de acordo com os interesses dessa indústria. Sobre o tema de transporte, JK escreveu que o setor rodoviário teria como meta a construção e a pavimentação de rodovias pelo país inteiro, visando maiores resultados econômicos. Ainda em relação ao setor de transportes, além das metas envolvendo o setor rodoviário, JK previa no Plano de Metas o reaparelhamento e a construção das ferrovias visando à utilização de trens mais pesados, rápidos e seguros que pudessem também reduzir os custos operacionais do transporte de produtos e mercadorias; além de construção e reformas dos portos, aumento da frota marítima e aumento do transporte aeroviário (OLIVEIRA, J., 1955).

Por fim, o terceiro eixo industrial, abordado do Plano de Metas, é a chamada indústria de base, cujos principais destaques de aumento de produção foram a siderurgia e o cimento. Em relação à siderurgia e ao cimento, JK afirmou que estas indústrias de base eram de extrema importância. Em relação à siderurgia, previa alcançar um consumo de 2 milhões e 300 mil toneladas de laminados no final de 1960 e em relação ao cimento planejava alcançar a produção e o consumo de 5 mil toneladas de cimento, aproximadamente o dobro verificado no ano de 1950. Outros itens relacionados à indústria de base, que JK incluiu no Plano de Metas, foram o aumento na produção de alumínio, metais não ferrosos, álcalis, celulose e papel, borracha, aumento do crescimento da indústria de automóvel, construção naval, mecânica e material pesado e aumento da exportação de minérios (OLIVEIRA, J., 1955).

De acordo com Skidmore, logo no início do mandato “o governo pôs em prática um programa acelerado de investimentos públicos destinados a eliminar gargalos estruturais nas áreas de transporte e produção de energia elétrica [...]” e teve grande êxito no que tange cumprir as metas relacionadas a esses setores. (SKIDMORE, 2010, p. 204). Em relação ao setor de transportes, houve clara preferência em garantir as metas que se relacionavam ao transporte rodoviário. Esta meta foi inclusive superada, ao passo que nos setores de transporte ferroviário, marítimo e aeroviário as metas foram cumpridas apenas parcialmente. Em relação ao setor energético, houve sucesso no aumento da capacidade instalada e também na instalação de uma central atômica nuclear, chegando próximo ao cumprimento total da meta. Quanto à produção de carvão mineral e à produção e ao refino de petróleo, apesar de não atingir 100% da meta, houve grandes avanços desses setores, cumprindo cerca de 70% de cada uma das três metas estipuladas (FARO; SILVA, 2000).

As metas relacionadas ao setor de agricultura e alimentação, em sua maioria, foram cumpridas ou superadas. O setor de indústria de base, que tinha porcentagem relevante dentro do Plano de Metas, também teve êxito, principalmente nas indústrias que ficaram marcadas pelo grande arranque do período, como a siderurgia e a indústria automobilística. “A conclusão do Plano de Metas, de certa forma coincide com a finalização do longo processo de diversificação industrial atravessado pela economia brasileira no contexto do modelo de desenvolvimento por substituição de importações [...]” (LESSA, 1981, p. 85).

Quanto às metas de desenvolvimento social, como a de investimento em educação, ficaram reduzidas a uma posição extremamente subalterna em relação às demais, conforme se depreende do artigo de José Luciano de Mattos Dias (1996, p. 49):

Setorialmente, a produção de energia – basicamente petróleo e eletricidade – foi a principal beneficiada, cabendo-lhe mais de 43% dos investimentos previstos. Em seguida, vinha o setor de transportes, com cerca de 30% do total, e as chamadas indústrias de base, com 20%. Aos setores de agricultura e alimentação e de educação estariam destinados apenas 3,2% e 3,4%, respectivamente.

Uma “meta síntese” foi acrescentada ao Plano, a da construção de uma nova capital para o Brasil: Brasília, que se revelava de absoluta prioridade atrelando as demais. A construção de Brasília, segundo o governo, tinha o objetivo de criar uma capital que integrasse o País, dado que se situaria no centro geográfico do mesmo, além de levar desenvolvimento para o interior despovoado e abandonado. Segundo Carlos Lessa (1981), a

construção de uma nova capital foi a única meta que, sem apoio dos segmentos sociais econômicos do País, baseou-se em uma decisão autônoma e tornou-se marca deste governo.

3 A Participação do Estado e o Financiamento para Execução do Plano de Metas

O Governo JK acreditava em um Estado forte como motor para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a ampla industrialização do País, mas atuando sempre em conjunto com o setor privado. Para JK, o setor privado deveria ser o motor do desenvolvimento; e a função do Estado seria a de dar suporte e direcionamento para que o setor privado fizesse os investimentos necessários nas áreas estratégicas, além de assumir o papel político de engendrar uma ideologia em que todos os setores econômicos e a população se sentissem parte do desenvolvimento da nação (CARDOSO, 1978).

Em relação ao montante dos investimentos estimados para o período, Dias (1996, p. 49) afirmou:

Do ponto de vista global, as estimativas elaboradas ao longo de 1957 indicavam, até 1961, um investimento total de cerca de Cr\$ 302 bilhões, dos quais Cr\$ 65, 1 bilhões em moeda estrangeira, ou seja, o equivalente a US\$ 2,3 bilhões. Em termos relativos, o programa de investimento envolvia um volume de recursos que variava entre 7,6% do PIB em 1958 e cerca de 4,1% em 1961. Uma parcela substancial, comparada com a taxa média de investimento do período, de 14,5% do PIB. Mais do que isso, tal valor significava um aumento substancial da participação do setor público no investimento em capital fixo.

Além da participação ativa dos setores público e privado, o capital estrangeiro teve grande participação no financiamento do desenvolvimento da Era JK, entrando no Brasil via investimento direto. Para isso, JK facilitou a entrada de empresas estrangeiras no parque industrial brasileiro, inclusive com a concessão de subsídios; e durante seu governo o País se tornou grande tomador de empréstimos estrangeiros. Porém, se as medidas para a obtenção de recursos externos foram eficazes, ao mesmo tempo elas seriam onerosas para a nação devido à alta no endividamento externo, que acabou por influenciar negativamente as contas públicas e a taxa de inflação (LESSA, 1981).

No tocante às medidas praticadas pelo setor público, JK definiu as agências formuladoras de política econômica que tomariam a linha de frente desse processo, sendo os principais órgãos o Ministério da Fazenda, o Itamaraty, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil/*Superintendência da Moeda e do*

Crédito (Sumoc) e o Conselho de Desenvolvimento; este último criado no primeiro dia de seu governo. Outros grupos também foram criados para gerenciar áreas exclusivas da economia, como o Grupo Executivo da Indústria Automobilística e o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (LEOPOLDI, 2000).

Em relação ao capital privado, Skidmore (2000, p. 204) argumenta que a “carta que JK possuía na manga” para fazer com que os empresários brasileiros fizessem os investimentos que o governo julgava necessário era a confiança, assegurando a lucratividade dos empresários externos no mercado nacional, além da criação de grupos executivos que atuavam em determinados setores, concedendo políticas liberais de crédito para acelerar a capacidade de investimentos do setor privado nacional.

Algumas medidas tomadas pela Sumoc em governos anteriores acabaram por favorecer as políticas implementadas por JK, caso da Instrução 70, de 1953, que serviu para o governo manipular vantagens cambiais, pois o “sistema permitia a manutenção de um câmbio favorecido para importações consideradas fundamentais (petróleo, papel, trigo, etc.) e o recolhimento pelo governo dos ágios obtidos nos leilões de divisas para a importação dos demais produtos” (DIAS, 1996, p. 85). Sendo assim, o governo soube se utilizar destas medidas para controlar os preços internos e conceder vantagens para empresas estrangeiras. Outra medida que favoreceu o capital externo foi a Instrução 113 da Sumoc, instituída durante o Governo Café Filho, que autorizava a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) emitir licenças de importação de equipamentos para a indústria. De acordo com Leopoldi (2000), segundo a Instrução 113, os equipamentos entrariam no Brasil sem pagamento de divisas e sem onerar a balança de pagamentos, facilitando a entrada das empresas estrangeiras no País e a consequente internacionalização da economia nacional.

Quanto à política externa, JK via na boa relação com o governo e os empresários estadunidenses fator essencial para o sucesso do plano de industrialização, investindo na relação com o presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower, sempre reforçando o seu desejo de parceria e suas convicções desenvolvimentistas e principalmente anticomunistas, devido ao receio que os Estados Unidos tinham das políticas desenvolvimentistas latino-americana à época, em especial após a Revolução Cubana de 1959. Além disso, propôs a Operação Pan-Americana, um acordo entre

Estados Unidos e América Latina para o desenvolvimento econômico de longo prazo. (SKIDMORE, 2010).

Juscelino Kubitschek acreditava na industrialização como a principal base para o desenvolvimento. Em um discurso na formatura de uma turma da Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, ele afirmou:

Industrializar é uma condição de vida, é uma absoluta e imperiosa necessidade, é mesmo um dever de que já não está ao nosso alcance declinar. Nem que o quiséssemos, não poderíamos sobreviver conservando-nos nação pastoril e agrícola, no velho estilo, exportando café e umas poucas matérias-primas [...] Industrializar um país não é uma obra mágica que possa ser feita sem preparo, ao simples sopro de uma aspiração. É necessário que exista uma mentalidade industrial, um estado de espírito propício ao desenvolvimento, é necessário que existam gerações preparadas para a ação (OLIVEIRA, J., 1957, p. 9-10).

Sendo assim, percebe-se que o Governo JK direcionou todas as áreas econômicas do País para que servissem ao setor secundário, ou seja, criou mecanismos para facilitar os investimentos privados, acionou os organismos públicos para a criação de infraestrutura, buscou e efetivou acordos externos para a captação de capital estrangeiro, subsídios para a entrada de empresas estrangeiras e estímulo ao aumento das exportações, do setor primário inclusive, para direcionar mais recursos para a construção de Brasília e o crescimento do parque industrial, em especial do automobilístico.

A Era JK teve grande êxito em relação ao objetivo industrial, cumpriu a maioria das metas relacionadas a este setor e à captação de recursos e investimentos que fossem aplicados nestas áreas, acontecimento de forma ímpar na história brasileira. A estabilidade política, na maior parte do seu governo, foi essencial para este sucesso. Apesar disso, o Governo JK sofreu problemas, principalmente com o agravamento das contas públicas, das dívidas externa e pública, além do agravamento das disparidades sociais, como veremos a seguir.

4 Impactos Sociais e Econômicos Gerados pelo Governo JK

No período de 1956-1961, o Brasil teve crescimento econômico planejado como nunca havia vivenciado antes. No entanto, apesar do novo momento da sua história, continuou a conviver com antigos problemas que assolaram o País nos períodos anteriores. Dentre os problemas econômicos, o desenvolvimentismo implantado por JK agravou a inflação, gerou *deficit* na balança de pagamentos, bem como grande endividamento externo, que serviu para financiar a maior parte das

obras de construção da nova capital do País.

A necessidade de desenvolver o Brasil sem desequilibrar as contas públicas nacionais foi o maior desafio de seu governo. A contradição entre o investimento maciço e o controle da inflação despontou no início de 1958 com o novo surto inflacionário. Em um primeiro momento, JK tentou implantar um programa de estabilização, o Plano de Estabilização Monetária (PEM), elaborado pelo então ministro da Fazenda Lucas Lopes. O PEM visava uma estabilização monetária para que alcançasse o equilíbrio necessário para o desenvolvimento, em resposta à pressão que o governo vinha sofrendo dos setores internos nacionais, devido à alta excessiva dos preços, além da pressão vinda dos credores internacionais, que exigiam garantias de que o País teria capacidade de honrar com suas dívidas (SKIDMORE, 2010).

O referido Plano seguia as recomendações feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que colocava a estabilidade como foco principal à custa do entravamento do crescimento econômico do Brasil.

Sobre a influência das políticas ortodoxas preconizadas pelo FMI para os países subdesenvolvidos, Furtado (1962) argumentava que os economistas ligados ao FMI tendiam a adotar como regras universais medidas de estabilidade econômica próprias a suas realidades. Entretanto, estas medidas transplantadas para um país em desenvolvimento como o Brasil acabaram se tornando um problema apenas de nível de preços, podendo gerar um alto custo social, como o desemprego de boa parte da população.

A política diferenciada de câmbio para subsidiar as importações de bens de capital e a compra de café para manter o nível de preços e não desfavorecer os exportadores deste produto contribuíram para o baixo desempenho das exportações, a escassez de divisas e o endividamento externo. Sobre a política cambial deste período, Suzigan (1975, p. 455) escreveu:

Entre as distorções provocadas pela política cambial, por outro lado, duas foram mais importantes: o atraso na substituição de importações de bens de capital e insumos básicos e o desestímulo à atividade exportadora. No caso da primeira, embora o subsídio cambial à importação de bens de capital e insumos básicos tivesse obviamente favorecido a formação de capital na indústria, contribuiu também para atrasar o desenvolvimento da produção interna desses bens.

Mas adotar um plano de estabilização intensificado, como propunha o FMI, e até mesmo algumas pessoas de confiança de JK, traria um alto custo social devido à necessidade de adotar

práticas de austeridade, como contenção de crédito e de gastos públicos, e qualquer medida similar poderia comprometer a finalização do Plano de Metas. Sendo assim, “após a instabilidade com troca dos nomes nas pastas do Ministério da Fazenda, BNDE, Conselho de Desenvolvimento, JK decidiu nos últimos anos de governo concluir as metas, prestar contas e conter o descontentamento que a inflação gerara” (LEOPOLDI, 2000, p. 76).

Em âmbito social, o projeto desenvolvimentista de JK, assim como no controle das contas públicas, não teve sucesso, sempre como tema secundário no quadro das políticas adotadas para a construção de Brasília. Ao contrário, a expansão monetária e o aumento dos gastos públicos serviram para agravar o surto inflacionário. O saldo deste período foi de agravamento da desigualdade social e poucos investimentos nas áreas de educação e saúde.

Em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado (1974, p. 95-96) afirmou “que na política de ‘desenvolvimento’ orientada para satisfazer os altos níveis de consumo de uma pequena minoria da população [...] tende a agravar as desigualdades sociais e a elevar o custo social de um sistema econômico.”

Mas o entusiasmo de JK com o projeto de construção de Brasília seria transmitido aos trabalhadores, que se encheram de esperanças em torno do dito desenvolvimento nacional. A confiança e a esperança que o Governo JK passava para a população de que esse modelo de desenvolvimentismo nacional seria o início de tempos melhores para todos foi um dos pontos fortes que sustentaram a aprovação do governo pelas camadas menos favorecidas da sociedade; e a construção de Brasília era este símbolo, argumentando inclusive que a construção da nova capital geraria benefícios de imediato, como a abertura do caminho para a exploração de terras em um local praticamente inabitado e a fundação de uma universidade naquele lugar, que seria o modelo da reforma educacional do País (SKIDMORE, 2010).

Francisco de Oliveira (2002) afirma que apesar de um novo modelo de desenvolvimento econômico ter sido implantado, a lógica da acumulação não diferiu de nenhum outro período, pois as inversões de capital dentro da economia foram direcionadas pela classe dominante para expandir seu poder dentro da economia brasileira.

É possível evidenciar os custos do Governo JK, denunciado no discurso de posse de Jânio Quadros, em 1º de fevereiro de 1961 (MUNIZ, 2009, p. 10):

É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos 5 anos, o meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. [...]. Desenhadas em centenas de milhares, ao estrangeiro devemos 3 bilhões e 802 milhões de dólares, o que marca, só a este título e naquele período, a elevação de 1 bilhão e 435 milhões de dólares sobre o passivo anterior.

O Brasil se tornou ao fim deste mandato um País com uma nova estrutura produtiva, mas carregando ainda os velhos problemas econômicos e sociais, como a alta inflação, causada, em boa parte, pelo enorme investimento na construção de Brasília, endividamento externo e agravamento dos desníveis sociais.

5 Conclusão

Juscelino Kubitschek passava para o povo o sentimento nacional desenvolvimentista de que o crescimento econômico planejado seria o início de uma nova era, enchendo de esperanças a população menos favorecida, em especial com a construção da nova capital do Brasil, e tratando o crescimento industrial como parâmetro para o desenvolvimento brasileiro; fato que serviu como representação do discurso de JK para essas camadas da sociedade, além da criação de milhares de empregos.

No período analisado, verificamos que as políticas econômicas adotadas visavam ao desenvolvimento da economia nacional com ênfase no parque industrial brasileiro, onde a preocupação com os impactos sociais que seriam gerados não eram prioridade. JK adotou políticas que abriram o País ao capital externo, aumentou o endividamento e o surto inflacionário, em nome do crescimento econômico.

Dessa forma, o Brasil chegou em 1961 com uma nova capacidade produtiva, dotado então de extensa planta industrial, diminuindo consideravelmente a sua dependência dos setores primários da economia. Mas ainda em 1961, visualizamos que a lógica produtiva se manteve a mesma, servindo aos interesses das classes dominantes, adotando políticas que aumentassem os seus lucros, independentemente dos impactos que tais políticas podiam gerar nas camadas populares da sociedade. Do lado do capital, muitos dos quais aventureiros, o poder central garantiria as condições para que os lucros desejados fossem auferidos, adotando políticas públicas necessárias para tal e servindo também como escudo para manter a ordem política e econômica do País.

Referências

- CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil*. JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DIAS, J. L. M. O BNDES e o Plano de Metas: 1956/61. In: BNDES. *O BNDES e o Plano de Metas: 1956-1961*. São Paulo: BNDES, 1996. p. 30-48.
- FARO, C.; SILVA, S. L. Q. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, A. C. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 67-105.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LEOPOLDI, M. A. P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, A. C. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 107-42.
- LESSA, Cs. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, J. K. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Oscar Nicolai, 1955.
- OLIVEIRA, J. K. *Industrialização: batalha pela própria sobrevivência da nacionalidade*. São Paulo: Serviço de Publicações da Federação e Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo, 1957.
- QUADROS, J. Discurso do presidente Jânio Quadros veiculado pela "Voz do Brasil": Palácio da Alvorada, 31 de janeiro de 1961. In: MUNIZ, C. B. A. (Org.). *Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 9-18. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Discursos_janio_quadros.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SUZIGAN, W. Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 433-474, 1975.

* Mestrando em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF).

E-mail: v.brandao91@gmail.com

** Mestranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF).

E-mail: carladriana.economia@gmail.com